

NAGIB SLAIBI FILHO
ROMAR NAVARRO DE SÁ

SENTENÇA CÍVEL

FUNDAMENTOS E TÉCNICA

9ª edição
revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 14.09.2016

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Slaibi Filho, Nagib,

Sentença cível: (fundamentos e técnica) / Nagib Slaibi Filho, Romar Navarro de Sá. – 9. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-6121-3

1. Sentenças (Processo civil) – Brasil. I. Sá, Romar Navarro de. II. Título.

09-4964.

CDU: 347.91/.95(81)

ÍNDICE SISTEMÁTICO

| | |
|---|-------|
| <i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i> | XXI |
| <i>Prefácio</i> | XXIII |
| <i>Prefácio à 1ª Edição (1991)</i> | XXV |
| <i>Discurso Pronunciado pelo Desembargador Emílio Carmo</i> | XXVII |

Capítulo I

INTERESSE

| | |
|---|----|
| 1. Interesse | 1 |
| 1.1. Conceito de interesse | 1 |
| 1.2. Modalidades do interesse | 3 |
| 1.2.1. Interesse individual, particular ou privado | 4 |
| 1.2.2. Interesse público | 9 |
| 1.2.3. Interesse estatal e sua distinção do interesse público | 11 |
| 1.2.4. Interesses difusos e interesses coletivos | 12 |
| 1.3. Impossibilidade de o interesse ser imparcial | 16 |
| 1.4. Pretensão | 17 |
| 1.5. Conflito de interesses | 18 |
| 1.6. Normas de adaptação social | 18 |
| 1.7. Distinção entre direito e lei, norma e dispositivo | 20 |
| 1.8. Elementos da norma jurídica | 23 |
| 1.9. O direito | 24 |

Capítulo II

A APLICAÇÃO DO DIREITO NO CPC/2015

| | |
|---|----|
| 2.1. Aplicação do direito | 25 |
| 2.2. As grandes famílias do direito | 28 |
| 2.3. Justiniano, <i>civil law</i> e <i>common law</i> | 28 |
| 2.4. Legalidade e equidade | 30 |
| 2.5. Interpretação do direito | 31 |
| 2.6. Interpretação literal | 31 |
| 2.7. Interpretação sistemática | 32 |
| 2.8. Interpretação histórica | 33 |
| 2.9. Interpretação axiológica ou valorativa ou da preponderância do interesse | 35 |
| 2.10. Dignidade da pessoa humana | 35 |
| 2.11. Razoabilidade e proporcionalidade | 37 |
| 2.12. Publicidade | 38 |
| 2.13. Eficiência ou efetividade | 38 |

Capítulo III

DIREITO DE AÇÃO

| | |
|---|----|
| 3. Direito subjetivo..... | 41 |
| 3.1. Conceito de direito subjetivo..... | 41 |
| 3.2. Direito potestativo..... | 43 |
| 3.3. Abuso de direito..... | 43 |
| 3.4. Dever jurídico..... | 44 |
| 3.5. Ação..... | 45 |
| 3.5.1. Ação no sentido material..... | 45 |
| 3.5.2. Ação como direito à tutela jurídica..... | 46 |
| 3.5.2.1. Teorias da ação..... | 48 |
| 3.5.3. Ação como remédio jurídico processual..... | 53 |
| 3.6. Condições da ação..... | 53 |
| 3.6.1. Legitimação para agir..... | 53 |
| 3.6.1.1. Litisconsórcio..... | 58 |
| 3.6.1.2. Legitimação extraordinária..... | 60 |
| 3.6.2. Interesse de agir..... | 61 |
| 3.6.3. Possibilidade jurídica do pedido..... | 62 |

Capítulo IV

A DEFESA

| | |
|--|----|
| 4. A defesa..... | 65 |
| 4.1. A defesa do réu..... | 65 |
| 4.1.1. A defesa da liberdade em face da atuação do Estado..... | 68 |
| 4.1.2. Disponibilidade do direito material e indisponibilidade da defesa no plano processual..... | 72 |
| 4.1.3. Necessidade de nomeação de defensor dativo ao réu revel, ainda que citado pessoalmente..... | 74 |
| 4.2. Modalidades da defesa..... | 76 |
| 4.3. Efeitos da revelia..... | 78 |

Capítulo V

JURISDIÇÃO

| | |
|--|----|
| 5. Jurisdição..... | 81 |
| 5.1. Os poderes do Estado..... | 81 |
| 5.2. As funções estatais..... | 82 |
| 5.3. Distinção entre as funções executiva e jurisdicional..... | 84 |
| 5.4. Poderes políticos e administração pública..... | 86 |
| 5.4.1. Poderes administrativos do juiz..... | 88 |
| 5.5. Princípio da universalidade da jurisdição..... | 91 |
| 5.5.1. Sistemas de apreciação dos conflitos de interesse..... | 91 |
| 5.5.2. Alcance da função jurisdicional..... | 92 |
| 5.5.2.1. Poderes implícitos à jurisdição..... | 93 |
| 5.5.2.2. Limites espaciais da atividade jurisdicional do Estado brasileiro ... | 93 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 5.5.2.3. | Limites substanciais à atividade jurisdicional do Estado brasileiro... | 94 |
| 5.5.3. | Instância administrativa desportiva..... | 94 |
| 5.5.4. | Exclusão dos atos políticos do controle jurisdicional | 95 |
| 5.5.5. | Controle jurisdicional da discricionariedade administrativa | 96 |
| 5.5.5.1. | Discricionariedade administrativa..... | 96 |
| 5.5.6. | A arbitragem | 99 |
| 5.6. | Órgãos públicos, atos jurídicos e atos materiais dos poderes | 101 |
| 5.6.1. | Órgão público | 101 |
| 5.6.2. | Negócios jurídicos e atos jurídicos..... | 102 |
| 5.6.3. | Atos materiais | 104 |
| 5.7. | Jurisdição anômala..... | 104 |
| 5.8. | Natureza das funções do Tribunal de Contas..... | 105 |
| 5.9. | Jurisdição voluntária..... | 106 |

Capítulo VI

COMPETÊNCIA

| | | |
|--------|--|-----|
| 6. | Competência..... | 109 |
| 6.1. | Conceito de competência..... | 109 |
| 6.2. | Juízo arbitral ou arbitragem | 110 |
| 6.3. | Princípio da perpetuação da competência..... | 110 |
| 6.4. | Conflito de jurisdição ou de competência? | 111 |
| 6.5. | Critérios para a fixação da competência..... | 112 |
| 6.6. | Competência por distribuição..... | 112 |
| 6.7. | Competência material ou objetiva | 112 |
| 6.8. | Competência funcional..... | 113 |
| 6.8.1. | Competência funcional dos Juizados Especiais Cíveis..... | 113 |
| 6.9. | Princípio da identidade física do juiz | 116 |
| 6.10. | Competência territorial ou de foro | 117 |
| 6.11. | Competência em razão do valor da causa ou competência pela alçada..... | 118 |
| 6.12. | Modificação da competência..... | 118 |
| 6.13. | Organização judiciária | 122 |

Capítulo VII

PROCESSO

| | | |
|----------|--|-----|
| 7. | Processo..... | 125 |
| 7.1. | Conceito de processo | 125 |
| 7.1.1. | Distinção entre processo, procedimento e autos | 128 |
| 7.1.1.1. | Processo eletrônico no NCPC..... | 129 |
| 7.1.1.2. | Restauração de autos extraviados..... | 130 |
| 7.1.1.3. | O processo virtual..... | 130 |
| 7.1.1.4. | Ponderação dos interesses ou proporcionalidade ou redução do excesso | 137 |
| 7.1.2. | O processo como relação social visando à decisão estatal | 142 |
| 7.2. | Formas de resolução dos conflitos de interesse | 144 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 7.2.1. | Autodefesa..... | 144 |
| 7.2.2. | Transação, conciliação ou composição..... | 144 |
| 7.2.3. | Caráter privatístico do processo antigo..... | 146 |
| 7.3. | Teorias sobre a natureza jurídica do processo..... | 146 |
| 7.3.1. | O processo como contrato..... | 146 |
| 7.3.2. | O processo como quase contrato..... | 147 |
| 7.3.3. | O processo como relação de direito público..... | 147 |
| 7.4. | Teorias sobre a relação processual..... | 148 |
| 7.5. | Características da relação processual..... | 149 |
| 7.6. | Princípios fundamentais do processo civil..... | 150 |
| 7.6.1. | Imparcialidade do juiz..... | 150 |
| 7.6.2. | Princípio dispositivo e verdade real..... | 153 |
| 7.6.2.1. | A prova e seu ônus..... | 154 |
| 7.6.3. | Igualdade ou isonomia..... | 156 |
| 7.6.4. | Contraditório..... | 158 |
| 7.6.5. | Demanda ou pedido ou ação..... | 159 |
| 7.6.6. | Disponibilidade..... | 159 |
| 7.6.7. | Impulso oficial..... | 160 |
| 7.6.7.1. | Preclusão..... | 161 |
| 7.6.8. | Princípio da oralidade..... | 162 |
| 7.6.8.1. | Imediação e mediação..... | 162 |
| 7.6.9. | Persuasão racional do juiz..... | 163 |
| 7.6.10. | Publicidade..... | 164 |
| 7.6.11. | Lealdade processual..... | 165 |
| 7.6.12. | Economia processual..... | 165 |
| 7.6.13. | Duplo grau de jurisdição..... | 166 |
| 7.6.14. | Princípio do devido processo legal..... | 167 |
| 7.6.14.1. | Conceito do devido processo legal..... | 167 |
| 7.6.14.2. | Conceito de “liberdade” e “bens”..... | 169 |
| 7.6.14.3. | Histórico..... | 169 |
| 7.6.14.4. | O sentido formal do <i>due process of Law</i> | 171 |
| 7.6.14.5. | O sentido material do <i>due process of Law</i> | 171 |
| 7.6.14.6. | Pressupostos formais do devido processo legal..... | 171 |
| 7.7. | Pressupostos processuais..... | 177 |
| 7.7.1. | Pressupostos de constituição do processo..... | 181 |
| 7.7.1.1. | Órgão jurisdicional..... | 181 |
| 7.7.1.2. | Partes..... | 182 |
| 7.7.1.3. | Demanda..... | 195 |
| 7.7.2. | Outros pressupostos..... | 206 |

Capítulo VIII

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

| | | |
|------|--|-----|
| 8. | Intervenção de terceiros..... | 209 |
| 8.1. | Conceito de intervenção de terceiros..... | 209 |
| 8.2. | Classificação de intervenção de terceiros..... | 210 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 8.3. | Assistência | 212 |
| 8.3.1. | Assistência na execução | 215 |
| 8.4. | Oposição..... | 217 |
| 8.5. | Nomeação à autoria | 219 |
| 8.6. | Denúnciação da lide..... | 222 |
| 8.7. | Chamamento ao processo | 229 |
| 8.8. | Outras modalidades de intervenção de terceiros | 231 |
| 8.8.1. | Embargos de terceiro | 232 |
| 8.8.2. | Exibição de documento ou coisa em poder de terceiros..... | 234 |

Capítulo IX

NATUREZA JURÍDICA DA SENTENÇA

| | | |
|----------|---|-----|
| 9. | Natureza jurídica da sentença..... | 239 |
| 9.1. | Sentido do termo “sentença” | 239 |
| 9.2. | Conceito de sentença | 240 |
| 9.2.1. | A sentença como ato estatal | 240 |
| 9.2.2. | A sentença como ato do juiz | 241 |
| 9.2.2.1. | Indelegabilidade do poder de decisão | 243 |
| 9.2.2.2. | A “evolução” do conceito de sentença | 246 |
| 9.2.3. | A sentença como ato processual | 248 |
| 9.3. | Natureza jurídica da sentença | 249 |
| 9.3.1. | A sentença como ato declaratório do Direito | 249 |
| 9.3.2. | A sentença como ato constitutivo do Direito..... | 249 |
| 9.3.3. | Limitações ao papel do juiz como criador do Direito..... | 251 |
| 9.3.4. | Exigências constitucionais quanto à criação do Direito pelo juiz..... | 251 |
| 9.3.5. | O silogismo da sentença | 253 |
| 9.3.6. | O processo intelectual da sentença | 254 |

Capítulo X

ESPÉCIES DE SENTENÇA

| | | |
|---------|---|-----|
| 10. | Espécies de sentença..... | 257 |
| 10.1. | Necessidade da classificação das sentenças | 257 |
| 10.2. | Classificação subjetiva ou orgânica | 257 |
| 10.2.1. | A sentença como ato judicial | 257 |
| 10.2.2. | Acórdão | 258 |
| 10.2.3. | Aresto | 258 |
| 10.2.4. | Sentença arbitral..... | 258 |
| 10.2.5. | Sentença subjetivamente complexa e sentença subjetivamente composta ... | 258 |
| 10.2.6. | Sentença administrativa | 259 |
| 10.2.7. | A instância da sentença..... | 259 |
| 10.2.8. | Sentença nacional, nacionalizada e estrangeira | 260 |
| 10.2.9. | Sentença exequenda e exequível..... | 260 |
| 10.3. | Classificação quanto à forma | 260 |
| 10.3.1. | Sentença de forma concisa | 260 |
| 10.3.2. | Sentença completa | 261 |

| | |
|---|-----|
| 10.4. Classificação quanto aos efeitos | 261 |
| 10.4.1. Sentença definitiva e sentença terminativa..... | 261 |
| 10.4.2. Sentença incidental | 262 |
| 10.4.3. Sentença provisional ou cautelar | 262 |
| 10.4.4. Sentença de preceito | 262 |
| 10.4.5. Sentença contumacial | 262 |
| 10.4.6. Sentença condicional..... | 262 |
| 10.4.7. Sentença complementária e sentença complementada | 262 |
| 10.4.8. Sentença absolutória..... | 263 |
| 10.4.9. Sentença impugnada, recorrida, recorrível, irrecorrível e reformada..... | 264 |
| 10.4.10. Sentença contenciosa e sentença homologatória | 264 |
| 10.4.11. Sentença nula, anulatória e de nulidade..... | 264 |
| 10.4.12. Sentença rescindenda..... | 265 |
| 10.4.13. Sentença atributiva de direitos..... | 265 |
| 10.4.14. Sentença líquida, ilíquida, liquidada e liquidanda | 265 |
| 10.4.15. Sentença procedente ou de recebimento, sentença improcedente ou de rejeição | 265 |
| 10.4.16. Sentença declarativa e sentença determinativa | 266 |
| 10.5. Efeitos principais da sentença | 266 |
| 10.6. Efeitos secundários, acessórios ou anexos da sentença..... | 268 |
| 10.7. Tabela de eficácia das sentenças | 269 |
| 10.8. Classificação ternária ou quinária das ações | 271 |

Capítulo XI

SENTENÇA DECLARATÓRIA

| | |
|---|-----|
| 11. Sentença declaratória | 273 |
| 11.1. Conteúdo da sentença declaratória | 273 |
| 11.2. Espécies de sentença declaratória | 280 |
| 11.2.1. Declaratória positiva..... | 280 |
| 11.2.2. Declaratória negativa | 280 |
| 11.2.3. Ação declaratória incidental..... | 283 |
| 11.2.4. Decisões declaratórias típicas | 286 |

Capítulo XII

SENTENÇA CONSTITUTIVA

| | |
|---|-----|
| 12. Sentença constitutiva..... | 293 |
| 12.1. Conteúdo da sentença constitutiva | 293 |
| 12.2. Efeitos <i>ex nunc</i> na sentença constitutiva | 295 |
| 12.2.1. Modulação dos efeitos..... | 295 |
| 12.3. A sentença constitutiva e a sua "execução" | 296 |

| | |
|--|-----|
| 12.4. Espécies de sentenças constitutivas..... | 296 |
| 12.5. Sentenças constitutivas típicas | 296 |
| 12.5.1. Divórcio | 297 |
| 12.5.2. Anulação de casamento..... | 297 |
| 12.5.3. Tutelas e curatelas..... | 298 |
| 12.5.4. Apresentação e cumprimento de testamento..... | 298 |
| 12.5.5. Renovatórias e revisionais de locação (ver a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991)..... | 299 |
| 12.5.6. Anulação de ato jurídico..... | 300 |
| 12.5.7. Divisão | 303 |
| 12.5.8. Interdição ou proteção da pessoa com deficiência | 303 |
| 12.5.9. Falência, recuperação judicial e extrajudicial..... | 305 |
| 12.5.10. Despejo | 305 |
| 12.5.11. Extinção de condomínio..... | 308 |
| 12.5.12. Reconhecimento de união estável homoafetiva, com inclusão do companheiro como dependente junto ao INSS..... | 319 |

Capítulo XIII

SENTENÇA CONDENATÓRIA

| | |
|---|-----|
| 13. Sentença condenatória | 327 |
| 13.1. Conteúdo da sentença condenatória | 327 |
| 13.2. A cláusula da <i>restitutio in integrum</i> | 330 |
| 13.3. Suportes do pedido condenatório | 331 |
| 13.4. Modalidades de ação condenatória..... | 336 |
| 13.4.1. Condenatória decorrente do inadimplemento, total ou parcial, de obrigação contratual, em que se incluem obrigações decorrentes de contratos típicos (por exemplo, compra e venda, locação, transporte), atípicos, mistos, coligados etc. | 337 |
| 13.4.2. Por culpa aquiliana..... | 338 |
| 13.4.3. Ação de prestação de contas – Segunda fase | 341 |
| 13.4.4. Ação de indenização por ofensa à posse..... | 341 |
| 13.4.5. Ação decorrente da gestão de negócio | 344 |
| 13.4.6. Reparação por ato-fato lesivo, como, por exemplo, o estado de necessidade | 344 |
| 13.4.7. Ação cominatória para prestação de fato ou abster-se de ato ou tolerar atividade | 344 |
| 13.4.8. Ação de alimentos..... | 344 |
| 13.4.9. Ação de indenização por atos do Poder Público..... | 344 |
| 13.4.10. Ação de indenização por dano material – Acidente de trânsito | 354 |

Capítulo XIV

SENTENÇA EXECUTIVA

| | |
|--|-----|
| 14. Sentença executiva | 365 |
| 14.1. Conteúdo da sentença executiva..... | 365 |
| 14.2. O regime de cumprimento da sentença..... | 367 |
| 14.3. A execução pura se faz no interesse da satisfação do crédito | 370 |
| 14.4. Conteúdo jurisdicional da execução..... | 371 |

| | |
|--|-----|
| 14.5. O princípio da “maior coincidência possível” entre o título e a execução | 372 |
| 14.6. Espécies de ações executivas..... | 373 |
| 14.6.1. Ações executivas no sentido estrito | 373 |
| 14.6.2. Ações executivas no sentido amplo | 374 |
| 14.6.2.1. Ação reivindicatória | 374 |
| 14.6.2.2. Ação de imissão de posse..... | 375 |
| 14.6.2.3. Ação de reintegração de posse | 375 |
| 14.6.2.4. Ação de petição de herança | 386 |
| 14.6.2.5. Ação de adjudicação compulsória | 386 |
| 14.6.2.6. Ação de dissolução e liquidação de sociedades | 386 |
| 14.6.2.7. Ação de nunciação de obra nova | 387 |
| 14.6.2.8. Ação de divisão e demarcação de terras particulares | 387 |
| 14.6.2.9. Ação de inventário e partilha e a Lei nº 11.441/2007 | 388 |
| 14.6.2.10. Ações executivas especiais mais comuns | 389 |

Capítulo XV

SENTENÇA MANDAMENTAL

| | |
|--|-----|
| 15.1. Sentença mandamental..... | 391 |
| 15.2. Pena pelo descumprimento do mandamento judicial..... | 392 |
| 15.3. Espécies de sentenças mandamentais | 396 |
| 15.3.1. Mandado de segurança..... | 396 |
| 15.3.2. Mandado de segurança coletivo..... | 407 |
| 15.3.3. Mandado de injunção..... | 408 |
| 15.3.4. <i>Habeas data</i> | 414 |
| 15.3.5. Ação de manutenção de posse | 415 |
| 15.3.6. Ação de interdito proibitório..... | 416 |
| 15.3.7. Embargos de terceiro | 416 |
| 15.3.8. Ação de depósito..... | 416 |

Capítulo XVI

TUTELA PROVISÓRIA

| | |
|---|-----|
| 16. Da tutela provisória..... | 419 |
| 16.1. Da sentença provisória..... | 421 |
| 16.2. Conteúdo e características do provimento cautelar | 421 |
| 16.2.1. O tempo | 421 |
| 16.3. Modalidades de medidas cautelares..... | 427 |
| 16.4. Competência no processo cautelar | 429 |
| 16.5. Pressupostos da tutela cautelar | 430 |
| 16.5.1. Iminência de dano irreparável (urgência)..... | 430 |
| 16.5.2. Plausibilidade..... | 431 |
| 16.5.3. Proporcionalidade entre o dano invocado e o dano que poderia ser causado com a concessão da cautelar..... | 434 |
| 16.6. Âmbito do provimento cautelar | 435 |
| 16.7. Tutela antecipada..... | 436 |

| | |
|--|-----|
| 16.8. Provimentos cautelares específicos..... | 443 |
| 16.8.1. Arresto | 443 |
| 16.8.2. Sequestro..... | 443 |
| 16.8.3. Caução | 444 |
| 16.8.4. Busca e apreensão..... | 444 |
| 16.8.5. Exibição | 445 |
| 16.8.6. Produção antecipada de provas..... | 445 |
| 16.8.7. Alimentos provisionais | 445 |
| 16.8.8. Arrolamento de bens | 445 |
| 16.8.9. Justificação..... | 446 |
| 16.8.10. Protestos, notificações e interpelações | 446 |
| 16.8.11. Homologação de penhor legal..... | 446 |
| 16.8.12. Da posse em nome do nascituro | 446 |
| 16.8.13. Atentado | 447 |
| 16.8.14. Apreensão de títulos | 447 |
| 16.8.15. Outras medidas provisionais | 447 |

Capítulo XVII

ESTRUTURA DA SENTENÇA

| | |
|--|-----|
| 17. Estrutura da sentença | 449 |
| 17.1. Preâmbulo..... | 450 |
| 17.1.1. Ementa | 452 |
| 17.2. Relatório | 453 |
| 17.2.1. Ordem no relatório | 455 |
| 17.3. Fundamentação ou motivação | 455 |
| 17.3.1. Ordem lógica da fundamentação..... | 457 |
| 17.3.2. Inexiste fundamentação implícita | 462 |
| 17.3.3. Sentença concisa | 463 |
| 17.4. Dispositivo | 464 |
| 17.4.1. Ordem do dispositivo..... | 467 |
| 17.4.2. Redação do dispositivo | 467 |
| 17.5. Fecho | 468 |

Capítulo XVIII

CONDIÇÕES DA SENTENÇA

| | |
|--|-----|
| 18. Condições da sentença..... | 471 |
| 18.1. Clareza..... | 471 |
| 18.1.1. Vernáculo..... | 472 |
| 18.1.2. Redação..... | 473 |
| 18.1.2.1. Linguagem simples..... | 473 |
| 18.1.2.2. Tratamento..... | 474 |
| 18.1.2.3. Ordem direta | 475 |
| 18.1.2.4. Expressão categórica da linguagem..... | 475 |

| | |
|--|-----|
| 18.2. Precisão | 476 |
| 18.2.1. Certeza | 476 |
| 18.2.1.1. Existe sentença condicional? | 477 |
| 18.2.2. Completa | 477 |
| 18.2.2.1. Sentença <i>extra petita</i> | 477 |
| 18.2.2.2. Sentença <i>ultra petita</i> | 478 |
| 18.2.2.3. Sentença <i>citra petita</i> | 478 |
| 18.3. Prazo | 481 |

Capítulo XIX

PROVIMENTOS EX OFFICIO

| | |
|---|-----|
| 19. Provimentos <i>ex officio</i> | 485 |
| 19.1. Condenação em honorários e custas | 485 |
| 19.1.1. Distinção entre despesas, custas e honorários | 487 |
| 19.1.2. Sucumbência | 489 |
| 19.1.2.1. Gratuidade dos serviços judiciais e sucumbência | 489 |
| 19.1.3. Condenação nas sentenças incidentes e recursos | 498 |
| 19.2. Arbitramento dos honorários | 498 |
| 19.2.1. Sentenças condenatórias | 505 |
| 19.2.2. Sentenças que não sejam condenatórias | 506 |
| 19.3. Prestações periódicas | 508 |
| 19.4. Juros legais | 509 |
| 19.5. Correção monetária | 509 |
| 19.6. Obrigações alternativas em favor do devedor | 510 |
| 19.7. Pena cominatória | 510 |
| 19.8. Constituição de capital | 510 |
| 19.9. Restituição das partes ao <i>status quo ante</i> em caso de anulação do negócio jurídico | 511 |

Capítulo XX

**PUBLICAÇÃO, CORREÇÃO
E INTEGRAÇÃO DA SENTENÇA**

| | |
|--|-----|
| 20. Publicação, correção e integração da sentença | 513 |
| 20.1. Publicação da sentença | 513 |
| 20.2. Intimação | 515 |
| 20.3. Correção e integração da sentença | 515 |
| 20.3.1. Correção | 516 |
| 20.3.2. Integração | 517 |
| 20.3.2.1. Natureza jurídica dos embargos de declaração | 519 |

Capítulo XXI

**A CONSTITUIÇÃO E A GRATUIDADE DA JUSTIÇA
NO CPC DE 2015**

| | |
|--|-----|
| 21.1. A assistência judiciária, o acesso à Justiça e as Declarações Internacionais de Direitos Humanos | 528 |
|--|-----|

| | |
|---|------------|
| 21.2. Acesso aos tribunais e igualdade de tratamento das partes nas Declarações Internacionais de Direitos Humanos..... | 530 |
| 21.3. Legalidade e equidade, jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária..... | 535 |
| 22.4 Gratuidade de Justiça, assistência jurídica aos necessitados e Defensoria Pública | 545 |
| BIBLIOGRAFIA | 555 |